

LABORATORIO FARMACEUTICO DA MARINHA/RJ

Termo de Referência 156/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
156/2025	765741-LABORATORIO FARMACEUTICO DA MARINHA /RJ	FELIPE AZEVEDO DOS SANTOS	17/04/2026 09:41 (v 0.27)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63071.000180/2026-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de transporte de carga geral de medicamentos e farmoquímicos (conforme a escolha da proposta mais vantajosa), fracionada ou de um só volume, para entrega **porta a porta**, da Cidade do Rio de Janeiro para capitais e municípios fixados, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP). O objeto possui 27 itens divididos **em único grupo**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2. Tabela Fator peso referencial e AD Valorem fixado:

Estado	Fator Peso MAX referencial	Ad Valorem FIXADO (%)
AC	R\$ 189,75	0,80
AM	R\$ 200,95	0,80
PA	R\$ 185,26	0,80
RR	R\$ 209,81	0,80
RO	R\$ 185,26	0,80
AP	R\$ 191,07	0,80

TO	R\$ 166,91	0,80
MA	R\$ 152,84	0,80
PI	R\$ 152,84	0,80
CE	R\$ 152,84	0,80
RN	R\$ 153,82	0,80
PB	R\$ 153,82	0,80
PE	R\$ 153,82	0,80
AL	R\$ 154,84	0,80
SE	R\$ 154,84	0,80
BA	R\$ 154,84	0,80
GO	R\$ 141,59	0,80
MT	R\$ 141,59	0,80
MS	R\$ 141,59	0,80
DF	R\$ 141,59	0,80
MG	R\$ 111,45	0,50
ES	R\$ 109,99	0,50
RJ	R\$ 101,99	0,50
SP	R\$ 113,48	0,50
PR	R\$ 126,19	0,50
SC	R\$ 126,93	0,50

RS	R\$ 128,01	0,50
----	------------	------

1.1.3. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Grupos	Item	UF	Cod. CATSER	Unidade	Valor	Nota Fiscal	Req. Max (kg)	Valor total Estimado do Frete
GRUPO 1	1	AC	19445	kg	188,96	R\$ 14.3230,36	307	R\$ 58.010,72
	2	AM	19445	kg	207,62	R\$ 784.227,76	983	R\$ 204.090,46
	3	PA	19445	kg	202,27	R\$ 918.888,36	448	R\$ 90.616,96
	4	RR	19445	kg	225,30	R\$ 93.703,24	76	R\$ 17.122,80
	5	RO	19445	kg	210,52	R\$ 494.339,29	183	R\$ 38.525,16
	6	AP	19445	kg	214,82	R\$ 165.412,05	65	R\$ 13.963,30
	7	TO	19445	kg	192,43	R\$ 250.039,57	74	R\$ 14.239,82
	8	MA	19445	kg	161,86	R\$ 829.909,44	418	R\$ 67.657,48
	9	PI	19445	kg	152,31	R\$ 782.845,32	466	R\$ 70.976,46
	10	CE	19445	kg	156,08	R\$1.975.288,72	1529	R\$ 238.646,32
	11	RN	19445	kg	157,01	R\$ 373.092,78	260	R\$ 40.822,60
	12	PB	19445	kg	159,42	R\$ 1.392.521,44	866	R\$ 138.057,72
	13	PE	19445	kg	161,83	R\$ 2.416.693,27	1327	R\$ 214.748,41
	14	AL	19445	kg	187,04	R\$ 622.419,76	162	R\$ 30.300,48
	15	SE	19445	kg	165,70	R\$ 950.250,26	465	R\$ 77.050,50
	16	BA	19445	kg	171,64	R\$ 4.191.582,98	1650	R\$ 283.206,00
	17	GO	19445	kg	164,73	R\$ 2.088.954,6	772	R\$ 127.171,56

18	MT	19445	kg	155,47	R\$ 1.047.905,94	555	R\$ 86.285,85
19	MS	19445	kg	150,68	1.096.840,45	757	R\$ 114.064,76
20	DF	19445	kg	162,85	R\$ 2.363.076,00	1036	R\$ 168.712,60
21	MG	19445	kg	137,14	R\$ 9.659.045,58	5138	R\$ 704.625,32
22	ES	19445	kg	131,53	R\$ 2.691.434,6	1470	R\$ 193.349,10
23	RJ	19445	kg	59,05	R\$ 2.175.962,83	1455	R\$ 85.917,75
24	SP	19445	kg	94,89	R\$ 73.617.470,7	35917	R\$ 3.408.164,13
25	PR	19445	kg	135,49	R\$ 5.918.082,81	4290	R\$ 581.252,10
26	SC	19445	kg	142,70	R\$ 4.078.716,38	2087	R\$ 297.814,90
27	RS	19445	kg	139,89	R\$ 4.808.662,25	3434	R\$ 480.382,26
VALOR GLOBAL							R\$ 7.845.775,52

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3.1. Os valores de notas fiscais apresentados na tabela acima serão valores fixos.

1.4. De acordo com os dimensionamentos propostos neste Termo de Referência, a empresa licitante poderá tomar como base o formato contido no Apêndice IV, levando em conta a quantidade em peso (kg), e propor os multiplicadores para fracionamento de cargas para a prestação do serviço.

1.5 Considerando as características do objeto e a necessidade de assegurar continuidade logística em âmbito nacional, optou-se pela não divisão por regiões, estruturando o certame em lote único que abrange todas as unidades federativas. Essa estratégia visa garantir tratamento isonômico, padronização operacional e evitar o risco de desabastecimento decorrente da eventual ausência de propostas em regiões específicas, uma vez que a contratação de uma única transportadora permite maior controle, eficiência e planejamento integrado.

1.6 . As requisições serão feitas parceladas de acordo com a demanda.

- 1.7. Fica estabelecido que em caso de eventual divergência na descrição associada ao código CATSER do item no sistema COMPRASNET, a descrição contida neste Termo de Referência, prevalecerá sempre este último.
- 1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.9. A requisição máxima constante na tabela 1.3 será por pedido.
- 1.10. O limite máximo de contrato é o valor global dos grupos.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.11. O serviço é enquadrado como continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, tendo em vista que é essencial à manutenção das atividades do Laboratório Farmacêutico da Marinha e deve ocorrer de forma ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.12. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 1.13. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Em caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, conforme Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e o Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços e os instrumentos contratuais dela decorrentes estabelecerão, de forma detalhada, as regras aplicáveis à vigência, às condições de fornecimento e às demais obrigações das partes.
- 1.7. O fornecimento dos excipientes ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas do Laboratório Farmacêutico da Marinha, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos na Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010, segundo a qual o licitante vencedor deverá adotar as seguintes práticas na execução dos serviços relacionados ao objeto da licitação em questão;

4.1.2. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e suas alterações;

4.1.4. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.6. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.7. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006;

4.1.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira das Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.1.9. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. Manter, durante toda a execução do contrato, o percentual mínimo 8% de vagas destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica, quando couber, conforme decreto 11.430/2023 e Guia Nacional de Contratações sustentáveis, em seu quadro 22.

4.2. A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em consonância às determinações previstas na Lei nº 12.305/2010.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total estimado para o Frete. Deverá ser preferencialmente, mas não exclusivamente, destinada às Regiões Norte e Nordeste e prever a utilização dos modais aéreo e fluvial.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. A exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas;

4.4.2. A subcontratação total do frete ou da Rota principal, ou seja, São Paulo;

4.4.3. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

4.4.4. A subcontratação sem a devida autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.4.5. A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante;

4.4.6. A subcontratação de empresas que tenha funcionário que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

4.4.7. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.4.8. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.5. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

4.6. O órgão assessorado deve atentar que, dependendo do serviço a ser prestado, há especificidades de sustentabilidade a serem acrescentadas como obrigações da contratada, como as constantes dos artigos 6º e 7º do Decreto 7.746/12. Consultar, igualmente, a Instrução Normativa n. 01/2010, SLTI/MP. Essa exigência estende-se às subcontratadas;

4.7. A contratada pode requerer apoio do Contratante para fiscalizar o serviço da subcontratada, nesse caso a Subcontratada deve concordar com tal fiscalização.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.29. Para o correto dimensionamento quanto à carga a ser transportada e os tipos de veículos a serem disponibilizados, além de conhecer a área de embarque e desembarque de medicamentos e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, conforme endereço descrito no item 5.2 desse edital, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08h00min horas às 15h00min horas. Que serão agendadas pelo tel. (21) 3907-0851 ou pelo e-mail flavia.lorenzen@marinha.mil.br.

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.33. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.34. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.35. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato e aceite dos documentos apresentados pela contratada.

5.1.2. Os serviços a serem executados consistem na coleta, transporte e entrega de cargas, como caixas, embalagens e outros tipos de materiais considerados como volumes de propriedade e de interesse do Laboratório Farmacêutico da Marinha, destinadas a todas as unidades da Federação, capitais e municípios.

5.1.3. Discriminação dos serviços:

5.1.3.1. Termo de Referência é para transporte de medicamentos e componentes do processo produtivo de medicamentos, inclusive aqueles contendo substâncias controladas ou sujeitas a controle especial, que se enquadram na classificação de medicamentos controlados, segundo a Portaria SVS / MS nº 344 /1998.

5.1.3.2. Proceder à retirada e entrega das cargas estabelecidas neste Termo de Referência, nos prazos máximos definidos neste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços - Rotina para retirada das cargas

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: A retirada das cargas dar-se-á no endereço do LFM situado na Avenida Dom Hélder Câmara, 315 - Benfica - Rio de Janeiro/RJ.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda a sexta-feira, das 7h às 15h, conforme solicitação.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas a fim de garantir, sem interrupção, o transporte das cargas que lhe forem atribuídas em função deste Termo de Referência;

5.5. solicitação do serviço de transporte rodoviário, para entrega porta a porta, das cargas, será feita pelo LFM mediante contato telefônico ou via e-mail e encaminhamento da CTR (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO). Nesta CTR (Apêndice II), será informada a modalidade de carregamento, a carga e o seu valor, a quantidade a ser transportada e o local de entrega.

5.6. O setor comercial enviará para a empresa, via e-mail, as faturas dos medicamentos que foram comercializados, juntamente com o laudo técnico do produto, e logo em seguida o setor de logística - PPA (Seção de Produtos Acabados), irá agendar o dia e horário de coleta com a transportadora.

5.7. Após receber a CTR (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO) (Apêndice II), a Contratada deverá providenciar o seguro da carga e emitir o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga necessária ao transporte rodoviário, bem como quaisquer outros documentos que sejam exigidos.

5.8. É vedado fazer entregas em locais diferentes daqueles que constam do CTR (Apêndice II e manter a carga em seus armazéns por períodos de tempo superiores aos prazos máximos estabelecidos para envio das cargas para seus destinatários (item 5.27) salvo quando expressamente autorizado pelo LFM. Tais transportes também deverão ser confirmados, mediante a assinatura e identificação dos recebedores da carga, na parte destinada para este fim no CTR, Apêndice II, o qual deverá ser entregue ao LFM juntamente com a Nota Fiscal de Serviços ou Fatura;

5.9. A não observância do acima disposto, detectada pela fiscalização das autoridades competentes ou pelo próprio LFM, implicará no imediato bloqueio do pagamento referente ao transporte em questão, até que sejam apurados os valores de fretes correspondentes aos volumes entregues no destino, os quais serão debitados à Contratada, ressalvados os valores devidos por fretes já realizados e comprovados pelo LFM;

5.10. Na eventualidade do destinatário se recusar a receber total ou parcialmente a carga que lhe foi endereçada, a Contratada deverá retornar ao LFM no menor prazo possível, portando as quantidades não entregues. Para tal fim, é necessário que a Contratada obtenha a declaração de recusa assinada pelo destinatário no verso do CTR, Apêndice II, com o registro da identidade do seu representante e a declaração do motivo de sua recusa, cuja cópia será entregue ao LFM. Ocorrendo a recusa dos produtos pela destinatária, por fato não imputável à Contratada, (por

exemplo, LFM enviou caixa com lotes diferentes dos constantes da nota, caracterizando um erro do LFM) será garantido à Contratada o recebimento do valor do frete pertinente à entrega dos produtos, como se tivesse sido aceito pelo destinatário.

5.11. Em caso de perda, degradação da qualidade, contaminação ou desvio de produtos durante o transporte, a Contratada deverá indenizar o LFM. Esta indenização corresponderá ao preço do produto mais despesas necessárias para incineração dos medicamentos em empresa indicada pelo LFM.

5.12. No caso específico de perda ou desvio de produtos, a Contratada deverá pagar ao LFM pelos volumes considerados como perda, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data do sinistro, o valor correspondente ao preço unitário resultante da soma:

5.12.1 Do preço do produto tal como consta no CTR, Apêndice II, que acompanha o transporte, incluindo impostos incidentes;

5.12.2. Do frete correspondente aos produtos considerados como perda;

5.12.3. De uma multa compensatória equivalente a 20% (três vírgula dois por cento) calculada sobre o valor total da carga somado ao valor do frete, quando o transportador não apresentar justificativa para as perdas através de documentação comprobatória, a ser providenciada no prazo máximo de 10 dias corridos.

5.13. A contratada responsabilizar-se por todos e quaisquer avarias ou danos até que venha sofrer a carga transportada, como sua perda, roubo, furto, total ou parcial, amassamento, amalgamento, arranhadura, contaminação, contato com outras mercadorias, derrame, quebra, vazamento, e outras semelhantes, verificados durante a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.

5.14. A contratada deverá manter o estado físico das embalagens dos produtos transportados, entregando-os aos destinatários na mesma forma recebida do LFM.

Frequência de solicitação

5.15. A frequência de solicitação de transporte variará, conforme a necessidade e será previamente agendada pelo LFM, via e-mail ou telefone em horário comercial.

Armazenagem da carga

5.16. Quando houver necessidade de armazenagem da carga durante o transporte, esta deverá ser feita por empresa legalmente autorizada, possuidora da Autorização de Funcionamento ou Autorização Especial para armazenar medicamentos controlados, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, devendo tal fato ser prontamente informado ao LFM, por e-mail e, além disso, apresentar o monitoramento térmico. Os procedimentos anteriormente mencionados não invalidam as aplicações de disposições específicas relacionadas ao transporte e armazenagem de:

5.16.1. Substâncias psicotrópicas, entorpecentes e/ou precursoras;

5.16.2. Rádio fármacos; e

5.16.3. Qualquer outro produto sujeito a controle especial.

Cálculo do valor do frete:

5.17. Optou-se por fixar em 0,8% de AD Valorem para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 0,5% de AD Valorem para os estados das regiões Sul e Sudeste.

5.18. O frete será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Frete} = (\text{Fator Peso} \times \text{Peso da Carga em Kg}) + (\text{Valor Nota Fiscal} \times \text{AD Valorem}\%)$$

Seguro da carga

5.19. Conforme Art. 10 Decreto no 61.867, de 11 de dezembro de 1967 e art. 13 da Lei 11.442 de 05 de janeiro de 2007, a Transportadora deverá ter um seguro sobre a carga Transportada.

5.20. Ficará sob a responsabilidade da Contratada a efetivação do seguro junto à Seguradora, das cargas a serem transportadas, cabendo-lhe, portanto, a cobrança de “Ad Valorem”, dentro do cálculo do Fator Peso Geral.

5.21. A ocorrência de qualquer sinistro com a carga deverá ser imediatamente comunicada pela Contratada ao LFM, por escrito, indicando todos os detalhes do mesmo.

Embalagens

5.22. Os volumes serão disponibilizados à Contratada devidamente embalados. Quaisquer discrepâncias, por ocasião do recebimento da carga, em especial, que possam comprometer o seu conteúdo durante a prestação do serviço, deverão ser comunicadas ao Fiscal do Contrato antes do seu carregamento no veículo transportador, pelo preposto da Contratada, por e-mail ou documento oficial da empresa.

5.23. Para o transporte de medicamentos serão utilizadas embalagens com as seguintes dimensões, as quais são fornecidas pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha:

- Caixa de papelão com dimensões de 557x382x250 mm;
- Caixa de papelão com dimensões de 537x400x260 mm;
- Caixa de papelão com dimensões de 537x377x260 mm; e
- Caixa de papelão com dimensões de 506x385x215 mm;

5.24. A Contratada deverá manter a integridade e identificação das embalagens e dos medicamentos, tais como: rótulos, etiquetas e outras identificações, bem como as características dos mesmos, até a sua entrega ao destinatário.

5.25. Os medicamentos não deverão ser transportados com outros materiais, que não sejam medicamentos, e que possam apresentar possibilidades de contaminação, tais como: produtos radioativos ou tóxicos, ou outra fonte de contaminação. Em qualquer etapa do transporte, desde a coleta até a entrega ao destinatário, não é permitido comer, beber, fumar ou dormir junto à carga.

5.26. Deverão ser respeitadas todas as recomendações e instruções contidas nas etiquetas dos volumes, tais como: umidade, temperatura, fragilidade, empilhamento máximo, etc.

Prazos de entregas

5.27. A Contratada deverá observar os prazos máximos, em números de dias úteis, para a entrega da carga no destino final, contados a partir da data de recebimento da carga no Contratante:

DISTÂNCIA DA ORIGEM PARA A DE DESTINO DOS PRODUTOS	PRAZO MÁXIMO EM DIAS ÚTEIS
Até 50 km	01
51 a 250 km	02
251 a 500 km	03
501 a 1.000 km	04
1.001 a 1.500 km	06
1.501 a 2.000 km	08

2.001 a 3.000 km	10
Acima de 3.000 km	12

5.28. Para apuração da distância será utilizada, a “tabela com a distância entre as cidades brasileiras” do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, verificando-se a distância do percurso entre origem e destino. Em caso de ausência de informação, será utilizado subsidiariamente o Guia Quatro Rodas em sua última edição.

5.29. Em se tratando de localidades longínquas ou de difícil acesso, que impossibilitem o cumprimento do transporte no tempo determinado, a Contratada deverá comunicar o fato e os motivos do atraso, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias antes daquele estabelecido para a entrega da carga a ser transportada, devendo ser estabelecido novo prazo de entrega entre as partes, sem penalidade para a Contratada, caso os motivos alegados sejam devidamente justificados e aceitos pelo Contratante.

Movimentação

5.30. A movimentação da carga será de responsabilidade da Contratada e a ela compreende:

5.30.1. O carregamento na origem, ou seja, receber, arrumar, distribuir e amarrar a carga no interior do veículo transportador, após a sua liberação no pátio, ou na plataforma de embarque/desembarque do almoxarifado do LFM, todo o trajeto de transporte;

5.30.2. O descarregamento no destino, ou seja, retirar a carga do interior do veículo transportador para plataforma de embarque /desembarque, pátio ou almoxarifado do destinatário.

5.31. O carregamento na origem e o descarregamento no destino deverão ser realizados por funcionários da própria Contratada, utilizando seus próprios equipamentos e materiais.

5.32. A Contratada deverá dispor e disponibilizar ao Contratante os Procedimentos Operacionais Padrão atendendo a RDC nº 430 de 08 de outubro de 2020 da ANVISA, referentes às suas operações relativas a:

5.32.1. Limpeza e manutenção das unidades de transporte e/ou de armazenagem, no que couber;

5.32.2. Registro das condições de recepção, transporte, armazenagem e entrega.

5.33. A carga transportada pela Contratada será monitorada, nas suas condições climáticas, em 10 (dez) entregas anuais a serem definidas pela Contratante. A Contratada deverá seguir a seguintes rotinas:

5.33.1. A Contratada deverá executar o monitoramento térmico das entregas através do envio de um documento que registre a temperatura do início ao fim da entrega;

5.33.2. Apresentar o relatório de qualificação térmica do caminhão baú que será utilizado no transporte da carga;

5.33.3. Apresentar certificado de calibração dos data-log;

5.33.4. A carga, a ser monitorada, não poderá ser transportada por outra empresa terceirizada, pela Contratada, em virtude dos testes a serem realizados pelo Contratante referente ao transporte.

5.33.4. Os dados obtidos deverão ser enviados ao LFM para arquivamento e controle, quando solicitados.

5.34. Durante a vigência do contrato, fica a contratada obrigada a realizar o monitoramento da carga, através de data-loggers acoplados a embalagem, de pelo menos 03 (três) entregas, com destinos a serem definidas pelo LFM.

5.35. A carga deverá ser monitorada desde o embarque até a entrega ao cliente final, conforme diretrizes estabelecidas na RDC da ANVISA nº 157/2017 (Rastreabilidade de Medicamentos), que implementam o sistema nacional de controle de medicamentos e de acordo com a análise dos processos relativos à prorrogação de prazo,

cumpra aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação especificada na Lei 13410 de 28 de dezembro de 2016 (Sistema Nacional de Controle de Medicamentos) no seu Art. 4 °§1.

5.36. No momento do Embarque no LFM, mediante hora e dias previamente agendados, motorista e funcionário do LFM farão a checagem do medicamento a ser embarcado conforme POP interno da Seção de Produtos Acabados (PPA).

5.37. No momento do recebimento da carga, no destino final, os responsáveis pelo transporte, descarregamento e recepção devem:

5.37.1. Conferir quantitativamente (número de volumes, quantidade de comprimidos);

5.37.2. Conferir qualitativamente (ver se o que diz nas etiquetas externas bate com seu conteúdo);

5.37.3. Fazer a triagem da documentação.

5.38. Em caso de não cumprimento dos itens acima mencionados ou de produtos que apresentem avarias ou danos em suas embalagens, o receptor deve promover o depósito da mercadoria em local apropriado e comunicar a ocorrência imediatamente ao LFM, de modo a possibilitar a sua devolução. A devolução poderá ser feita no próprio ato do recebimento, bastando o recebedor assinar e colocar seu número de identidade e CPF, identificando a razão da devolução, o lote e a quantidade, no verso da CTR, Apêndice II, além de avisar nosso SAC, setor de Vendas.

5.39. Caso seja verificado, por ocasião da entrega no local de destino, que a carga esteve, durante o transporte rodoviário, fora do intervalo de temperatura pré-estabelecido, o LFM providenciará uma análise do medicamento pelo Departamento de Controle da Qualidade para verificar se os medicamentos transportados estão próprios ou não para o consumo. No caso de tal ocorrência, serão observados os seguintes procedimentos:

5.39.1 O prazo para o pagamento de Nota Fiscal correspondente ao serviço de transporte rodoviário de carga será interrompido até a emissão do laudo; e

5.39.2. A análise laboratorial correrá à custa da Contratada.

5.40. Caso fique constatada a impropriedade para o consumo dos medicamentos analisados, as despesas correspondentes aos transportes rodoviários de cargas não serão pagas, por não ficar caracterizada a conclusão do serviço. Tal providência não elidirá o direito de regresso em eventuais ações judiciais por conta do ressarcimento de valores pagos pela Contratada ao LFM.

5.41. As cargas a serem transportadas serão disponibilizadas à Contratada de segunda a sexta-feira, nos horários de 07h00min às 11h00minh e de 13h00min às 15h00min.

5.42. A entrega da carga, no destino, deverá ocorrer sempre no horário comercial do destinatário, de acordo com o especificado no CTR. Apêndice II. Poderá, eventualmente, ocorrer carregamento/d Descarregamento aos sábados, domingos e feriados, de acordo com a necessidade prévia do LFM.

5.43. A Contratada deverá disponibilizar, em caso de necessidade, meio de comunicação para atender o LFM aos sábados, domingos e feriados.

Veículos transportadores

5.44. As cargas transportadas por qualquer tipo de veículo devem ser climatizadas.

5.45. O veículo deverá apresentar fechamento hermético perfeito, sem contato com o meio exterior. O seu interior deverá estar limpo, higienizado, desinfetado, dedetizado e com ausência de odores.

5.46. Os veículos transportadores deverão possuir pallets de plástico ou alumínio, que permitam formar casulos /prateleiras em seu interior para transportar cargas limitadas por empilhamento máximo.

5.47. Os veículos autorizados para o transporte de medicamentos farmacêuticos e/ou farmoquímicos deverão respeitar e garantir as condições gerais e específicas de armazenamento e conservação, indicados em suas

respectivas embalagens, utilizando os meios necessários para tal fim, como registradores de temperatura ou outros instrumentos que indiquem a manutenção das condições especificadas na embalagem do medicamento, assim como, protegê-los de fatores externos que possam afetar a integridade dos mesmos.

5.48. É vedado o uso de qualquer tipo de adesivo colado no veículo transportador, mencionando estar a serviço da Marinha do Brasil ou Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM).

5.49. Por ocasião da acomodação dos medicamentos no veículo de transporte rodoviário, o Contratante conferirá qualitativamente e quantitativamente a carga que está sendo acomodada no veículo, quando serão verificados:

- A existência de pallets para acomodar os medicamentos;
- A temperatura;
- A umidade;
- As condições de limpeza;
- A última data de desinsetização;
- As condições de manutenção do veículo.

5.50. Todos os dados sobre a carga embarcada deverão ser preenchidos, na presença do motorista da Contratada, em formulário próprio, que se encontra em poder do Contratante.

5.51. Após o preenchimento do formulário pelo Contratante e rubricada a papeleta (em duas vias), será ratificada a autorização de saída, o que significa que todas as condições pré-estabelecidas foram cumpridas. Uma via da papeleta ficará arquivada e a outra será levada pelo motorista que fará o transporte.

5.52. Todos os volumes deverão ter o conhecimento de embarque colado ou etiquetado. A caixa em que estiver acondicionada a fatura deverá ter uma etiqueta adicional informando que a mesma está em seu conteúdo e o seu número, com o propósito de proteger e reservar uma cópia destes documentos. No ato da entrega o motorista da empresa Contratada deverá solicitar ao recebedor que rubrique a papeleta, garantindo que o medicamento foi entregue em bom estado e na quantidade correta.

Outras providências

5.53. Apresentar seus veículos rodoviários transportadores para prestação dos serviços nos dias e horários estabelecidos, com capacidade adequada para transportar a quantidade de produto pré-determinada pelo LFM e carregá-los com pessoal e equipamentos próprios ou sob sua responsabilidade. A descarga nos destinatários será realizada pela Contratada nas mesmas condições.

5.54. Responsabilizar-se pela escolha e utilização de veículos transportadores e equipamentos compatíveis com as características dos produtos e das exigências técnicas necessárias, assumindo inteira responsabilidade por qualquer dano e contaminação que causar ou venha a ocorrer, inclusive devido à utilização de veículo transportador e/ou equipamentos inadequados ou em más condições operacionais, podendo o LFM recusar o carregamento dos veículos transportadores que não satisfizerem essas exigências.

5.55. Manter os veículos rodoviários transportadores em perfeitas condições de tráfego, limpeza, pintura e sua utilização, principalmente no que se refere às normas de segurança, efetuando adequadamente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e tudo mais que se fizer necessário ao atendimento integral do disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.56. Utilizar no transporte veículos transportadores que atendam a todas as normas de segurança legais, bem como as diretrizes de segurança no transporte estabelecidas pelos Órgãos competentes, podendo o LFM recusar o carregamento dos veículos transportadores que, eventualmente, não satisfizerem estas exigências.

5.57. Disponibilizar veículos rodoviários em perfeito estado de conservação, manutenção e limpeza, abastecidos com combustível suficiente para a prestação dos serviços e dotados de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

5.58. Providenciar a reposição imediata do veículo rodoviário por outro de mesmo tipo ou superior, nos casos em que o veículo disponibilizado para a prestação do serviço não apresente condições de tráfego, seja por avaria de qualquer natureza ou por necessidade de reparos.

Frota, Registro, Identificação e Habilitação

5.59. A frota de veículos rodoviários deverá ser própria ou adquirida por meio de arrendamento mercantil (leasing) e em quantidade suficiente para atender a demanda do LFM.

5.60. Qualquer alteração na frota de veículos deverá ser comunicada previamente, por escrito, pela Contratada e somente deverá ser realizada após a concordância por escrito do LFM.

5.61. Os veículos transportadores utilizados na prestação de serviço deverão, obrigatoriamente, estarem inscritos no Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas – RNTRC e identificados com a marcação do respectivo código de registro nas laterais externas da cabine do veículo, em locais visíveis, conforme Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Os mesmos serão inicialmente vistoriados por equipe deste laboratório.

5.62. Os veículos transportadores que vierem a substituir os que forem apresentados inicialmente para a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, deverão obedecer às mesmas exigências estabelecidas nos subitens anteriores.

Seguro

5.63. Os veículos transportadores deverão possuir seguro total, inclusive de responsabilidade civil e contra terceiros (até mesmo os da subcontratada), ficando claro e certo que o LFM não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistros com os veículos transportadores, tenham estes ocorrido dentro ou fora de suas instalações, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo o pagamento e custos, que serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, a qual deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica.

5.64. Os veículos transportadores deverão estar cobertos por apólice de seguro adicional que inclua coberturas para danos pessoais do motorista e ajudante, envolvidos em colisão ou qualquer tipo de acidente.

5.65. O valor da indenização, somente em caso de acidentes com vítima fatal e/ou invalidez, permanente por vítima, deverá constar da apólice de seguro adicional. O valor desta indenização por vítima não deverá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

5.66. Os veículos transportadores disponibilizados pela Contratada deverão possuir rastreador por satélite, que permita a Contratada e ao LFM, identificar a posição da carga desde a saída até a entrega no local do destino, informar a localização em tempo real da carga que está sendo transportada. A transportadora poderá adotar um GPS móvel que irá junto com a carga sendo devolvida a sua origem pela própria transportadora. Os veículos deverão possuir no máximo 10 (dez) anos de fabricação.

5.67. Responder, sem qualquer limitação em função dos valores, limites ou natureza de cobertura do seguro, por toda e qualquer perda, desvio ou degradações da qualidade de produtos transportados ou danos que venham a sofrer as instalações, equipamentos, militares e servidores civis do LFM ou qualquer instituição de destino da carga, bem como outras pessoas ou bens, em consequência tanto da prestação dos serviços ora contratados, como de quaisquer atos da própria Contratada, seus representantes, empregados e/ou prepostos.

5.68. Responder por todo e qualquer dano ou prejuízo causados a seus veículos transportadores, instalações, representantes, empregados e/ou prepostos, ainda que se encontrem nas instalações do LFM ou em local de destino ocorridos quando da prestação dos serviços ora contratados, inclusive os provenientes de caso fortuito ou força maior.

5.69. Nas responsabilidades ora assumidas pela Contratada, não terá ela direito regressivo em relação ao LFM ou a qualquer instituição de destino da carga, bem como não há solidariedade destes e destas por danos ou prejuízos pessoais e materiais causados pela Contratada e seus representantes, empregados e/ou prepostos.

5.70. Caso a CONTRATADA subcontrate modais aéreos e fluviais, a empresa subcontratada deverá ser co-responsável pela carga e pelo seguro no trecho sob sua guarda, inclusive em caso de indenização, sanções e multas; respondendo solidariamente com a CONTRATADA por eventuais sanções decorrentes da subcontratação.

5.71. Manter, durante o período de vigência do contrato, a validade das licenças, dos registros e dos seguros exigidos pela legislação em vigor.

5.72. Indenizar os prejuízos causados ao LFM ou a qualquer instituição de destino da carga, provocados por serviços inadequados da Subcontratada, incluindo, avaria, perda, extravio ou furto quando evidenciada a responsabilidade da Contratada, seja por sua ação ou omissão, ou ainda por não prever no contrato de subcontratação cláusula reparatória.

5.73. Será necessária escolta armada para cargas cujo valor ultrapassar R\$ 1.000.000,00. O LFM, sempre que possível, procurará não exceder esse limite.

Administração e circulação

5.74. A administração dos veículos transportadores para prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência ficará inteiramente a cargo da Contratada, não cabendo ao LFM qualquer responsabilidade por irregularidades advindas do transporte da carga.

Documentação

5.75. Apresentar, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a documentação a seguir especificada:

5.75.1 Relação da frota de veículos transportadores que serão disponibilizados para prestação dos serviços (inclusive os da subcontratada), contendo a placa do veículo, RENAVAM e a capacidade;

5.75.2. Relação nominal indicando o preposto e motorista e nº CNH vinculados à prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.

5.75.3. De acordo com o parágrafo 3º do Art. 9º da Lei Nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, os documentos emitidos pelos subcontratados do Operador de Transporte Multimodal serão sempre em favor deste;

5.75.4. Apólice de seguro total, incluindo responsabilidade civil e contra terceiros;

5.75.5. Apólice de seguro adicional que inclua coberturas para danos pessoais, contendo o valor da indenização em casos de acidentes com vítima fatal e/ou invalidez permanente por vítima, no valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

5.75.6. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA

5.76. A Contratada poderá justificar a falta da licença operacional (ANTT) mediante apresentação do protocolo de entrada do processo de licenciamento em conjunto com documento comprobatório de que o processo encontra-se em análise, ambos emitidos pelos Órgãos responsáveis, desde que tenham sido cumpridos os prazos definidos como necessários para protocolização da documentação.

5.77. A não apresentação de qualquer documento relacionado na alínea anterior implicará na rescisão do contrato assinado entre o LFM e a Contratada; e

5.78. Fazer acompanhar a carga de toda a documentação necessária para a devida fiscalização e desembaraço junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal, no que couber a cada esfera, de forma a permitir o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

Operador rodoviário (motorista)

5.79. O motorista deverá se apresentar ao serviço com uniforme da Contratada e portando crachá, bem como portar Carteira Nacional de Habilitação (classe D) e do documento do veículo transportador em serviço, além da licença da ANTT. É vedado estar de bermuda/short, chinelos de qualquer modelo e camiseta sem manga (tipo regata).

5.80. O motorista deverá respeitar a ordem, a disciplina, os militares e servidores civis do LFM e das instituições de destino quando em horário de trabalho ou em qualquer situação.

5.81. O motorista não deve se dirigir aos militares e servidores civis do LFM e funcionários das instituições de destino para tratar de assuntos particulares ou não relacionados ao serviço de transporte.

5.82. Não será fornecida alimentação à equipe que comparecer ao LFM para carregamento, sob nenhuma hipótese.

5.83. O motorista deverá estar regido pela Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, estipulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob o título: 7825-10 Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais).

Especificação da garantia do serviço

5.84. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.85. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada deverá designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, o qual será o contato entre o LFM e a Contratada, e representará na execução do contrato, promovendo obrigatoriamente as correções, às suas expensas, que se fizerem necessárias quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do contrato, conforme preceitua o artigo 118, da Lei nº 14.133/21.

6.7. O Preposto será apresentado ao LFM mediante carta de apresentação ou procuração assinada pelo sócio-proprietário com plenos poderes para assinar o contrato em nome da empresa.

6.8. No caso de substituição do preposto, a Contratada ficará obrigada a informar, por escrito, ao LFM.

6.9. O preposto deverá estar regido pela Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, estipulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob um dos seguintes títulos:

- Diretor de Operações – Código 1226;
- Gerente de Operações – Código 1416;
- Especialista em Logística de Transportes – Código 3421;
- Técnico em Transporte Rodoviário – Código 3423-05

6.10. O Preposto responderá:

6.10.1. Pelo cumprimento das normas que disciplinam a atividade de transporte de cargas; e

6.10.2. Solidariamente com a Contratada pela adequação e manutenção dos veículos transportadores e equipamentos, bem como pela qualificação e treinamento de seus funcionários de operação e prestadores de serviços.

6.11. A Contratada deverá garantir, sempre que necessário, a presença do preposto quando o LFM requisitar o serviço de transporte, objeto deste Termo de Referência, munido da respectiva CTR (Conhecimento de Transporte Rodoviário) para, em nome da Contratada realizar, no local de recebimento da carga, a supervisão a coordenação e o acompanhamento direto, do início ao término da prestação do serviço no LFM.

6.12. O preposto deverá se apresentar no local do serviço com uniforme da Contratada ou em trajes compatíveis, além de portar o crachá funcional personalizado da Contratada.

6.13. Quaisquer assuntos sobre a prestação do serviço de transporte de carga deverão ser tratados pelo preposto diretamente com o Fiscal do Contrato.

6.14. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.17. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.18. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.19. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.22. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.23. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.24. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.25. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.25.1. Certificar e atestar as Notas Fiscais de Serviços ou Fatura emitidas pela Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação das mesmas, verificando se o serviço foi prestado conforme estabelecido deste Termo de Referência;

6.25.2. Recusar, no todo ou em parte, o serviço em desacordo com objeto deste Termo de Referência;

6.25.3. Exigir da Contratada a retirada de quaisquer prepostos e/ou empregados que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo LFM capazes para o fim desejado, independente de justificativas;

6.25.4. Vistoriar o veículo transportador utilizado na prestação dos serviços, bem como vetar a utilização daqueles que apresentarem avarias ou condições impróprias para utilização, ficando expressamente convencionado que a atuação ou ausência desta vistoria não diminuem a responsabilidade da Contratada pelo não cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

6.25.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.25.6. A fiscalização poderá ser realizada na SUBCONTRATADA, nos moldes da CONTRATADA, caso se faça necessário e somente a pedido da CONTRATADA e com autorização da subcontratada. Conforme citado anteriormente, a SUBCONTRATADA expedirá declaração permitindo tal fiscalização. Porém a equipe será custeada (hospedagem, alimentação e transporte) pela Contratada.

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.28. Cabe ao gestor do contrato:

6.28.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.28.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.28.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.28.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.28.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.28.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.28.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.29. Receber e dar encaminhamento imediato:

- 6.29.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.29.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice III, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- 7.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A Tabela abaixo mostra os itens a serem avaliados:

Item a ser avaliado	Mecanismo de cálculo	Por que do item
FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS DEVOLVIDOS	$\frac{\text{Nº de caixas devolvidas}}{\text{de todas as caixas fabricadas entregues no mês}} \times 100$	Verificar como está sendo a entrega dos medicamentos
FISCALIZAÇÃO DAS ENTREGAS	$\frac{\text{Nº de atrasos observados}}{\text{Total de entregas}} \times 100$	Verificar se a Empresa está cumprindo os prazos
FISCALIZAÇÃO DO EMBARQUE E DESEMBARQUE DE CARGAS	$\frac{\text{Nº de discrepâncias observadas}}{100}$ Itens checados na papeleta	Verificar condições dos caminhões na hora do embarque

7.4. A Contratada será avisada sobre seu comportamento quanto aos índices trimestralmente.

7.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.5.1. não produziu os resultados acordados;

7.5.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.5.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços ou Fatura em nome do “Laboratório Farmacêutico da Marinha,” contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados:

7.9.1 N° do contrato;

7.9.2. Descrição do serviço;

7.9.3. Mês da prestação do serviço; e

7.9.4. Preço unitário e total, os quais corresponderão ao somatório de todos os CTR atendidos no mês.

7.10. A 1ª e 2ª via da Nota Fiscal de Serviços ou Fatura emitidas pela Contratada deverão ser, obrigatoriamente, acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios:

7.10.1. Relação discriminando os CTR atendidos no mês, tendo como seu anexo as 1ª vias de cada CTR devidamente certificadas em campo próprio pelo recebedor, indicando que a carga transportada fora efetivamente recebida;

7.10.2. O CTR relacionado à Nota Fiscal de Serviços ou Fatura, pela Contratada, necessário à prestação do serviço;

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ANTT de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Transporte de Carga INTC-F, por ser esse indicador o mais próximo a retratar a efetiva variação de preços dos itens a serem fornecidos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (10 por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento) e AE (Autorização Especial), conforme exigido na RDC 16/2010 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) , em seu Art. 3º;

9.4.2. A Transportadora deve apresentar documento de registro do RNTRC – Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Carga, da Agência Nacional de Transporte Terrestre, conforme disposto no art. 2º da Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007, e na Resolução ANTT nº 3.056, de 12 de março de 2009 e registro como operador multimodal;

9.4.3. Licença ou Alvará sanitário junto com a cópia da última fiscalização feita pelo agente sanitário, conforme Art. 8º, inciso I, combinado com o §8 e Anexo II, item 3.1.3 da Lei 9.872 de 26 de janeiro de 1999, emitidos pelo Órgão de vigilância Sanitária;

9.4.4. Alvará da Prefeitura válido, conforme §5 e §6º do Art. 1º, da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019. Trata-se de um ato público de liberação, tendo em vista o transporte de cargas (eventual) potencialmente perigosas (insumos farmacêuticos) e controladas (medicamentos) por lei orgânica federal, caracterizando atividade de certa periculosidade, conforme Art. 3º, inciso I, da referida Lei, exige a necessidade da Licença;

9.4.5. Alvará do Corpo de Bombeiros exigido pela Portaria n.º 108, de 12 de julho de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança Pública e Conforme ainda consta no anexo “A”, item 6, da referida portaria (Serviços Automotivos), de forma a aumentar a segurança dos medicamentos em armazenagem temporária;

9.4.6. Comprovação técnica através de relatório de qualificação térmica que o veículo de transporte e a área de armazenagem garantem a manutenção da temperatura 15-30°C com monitoramento da umidade durante todo o percurso;

9.4.7. Envio de mapas de controle de temperaturas e umidade dos caminhões e armazém temporário assinado pelo farmacêutico, com prova deste controle;

9.4.8. Expor que dispõe de sistema automatizado de controle de temperatura e umidade, dentro dos caminhões e condições de Rastreabilidade dos mesmos, sistema esse aprovado pela ANVISA;

9.4.9. Para os itens 9.4.6 a 9.4.8, as exigências justificam-se pelo fato de o licitante ter que comprovar experiência mínima de 1 ano com transporte de medicamentos. Sendo necessária a apresentação dos documentos de qualificação térmica.

9.5. Apresentação de farmacêutico, devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, como responsável técnico em atendimento ao artigo 13 da Resolução RDC nº 025/2007.

9.5.1. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do profissional a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

9.6. Caso disponha de armazenamento transitório de medicamentos, garantir que atenda as exigências da RDC nº 430 de 08 de outubro de 2020 da ANVISA, com documentos das medições de temperatura e umidade, bem como manuais de qualidade, expor através de fotos e depois facultar a visita a um Representante do LFM.

9.7. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.8. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.8.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 ano na prestação dos serviços, de Transporte de Medicamentos e Correlatos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.8.2. Elaborado em papel timbrado e assinado pelo responsável da empresa ou do órgão público que está declarando;

9.8.3. Deve conter os detalhes de como foi a prestação do serviço ou entrega do produto. Quanto tempo durou, quantidades, se foi bem executado e a época em que ocorreu;

9.8.4. O serviço prestado deverá manter características iguais ou similares aos do objeto em questão, no caso análises laboratoriais quantitativas e qualitativas de amostras de medicamentos, alimentos ou produtos químicos em geral;

9.8.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.10. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, caso solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Habilitação jurídica

9.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.20. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.27. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.31. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.32. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.33. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

- 9.34. Os indicadores fixados acima deverá ser atingido no último exercício social, sob pena de inabilitação;
- 9.35. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.36. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.37. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.39. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.39.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.40. A Licitante deverá

Qualificação Técnico-Profissional

9.41. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41.1. Apresentar o documento de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF do seu Farmacêutico responsável, com a responsabilidade técnica pela empresa atualizada no referido órgão.

9.42. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.49.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.49.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.49.6.1. ata de fundação;

9.49.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.49.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.49.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.49.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.49.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.49.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 7.845.775,52 (Sete milhões e oitocentos e quarenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos.), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.3** deste Termo de Referência.

10.1. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.1. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.2. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIA LORENZEN DOS SANTOS

Encarregada da Seção de Produtos Acabados

JOAO MARTINS DO AMARAL JUNIOR

Autoridade competente